

Sessão Especial de “Elegia de Um Crime” com debate no CineSesc - São Paulo/SP, 14/03/2019

“ELEGIA DE UM CRIME”, de Cristiano Burlan, estreia com exclusividade no CineSesc, em São Paulo, dia 14 de março. A sessão se estreia será seguida de debate.

Estarão presentes para debater sobre questões abordadas no filme o diretor Cristiano Burlan, a diretora executiva da ONG Patrícia Galvão, Jacira Melo e com a mediação de Neusa Barbosa.

**O evento será gratuito e a retirada de ingressos acontece 1h antes da sessão.

Acesse o evento para mais informações: https://www.facebook.com/events/378062532746691/?active_tab=about

—

Sinopse

Uberlândia, Minas Gerais, 24 de fevereiro de 2011. Isabel Burlan da Silva, mãe do diretor, é assassinada pelo parceiro. “Elegia de um crime” encerra a “Trilogia do luto”, que aborda a trágica história da família. Diante da impunidade, o filme mergulha numa viagem vertiginosa para reconstruir a imagem e a vida de Isabel.

Candidatas à vice-presidência discutem papel das mulheres na política

Evento promovido pelo EL PAÍS e pelo Instituto Locomotiva reuniu Ana Amélia, Kátia Abreu, Manuela D'Ávila e Sônia Guajajara nesta sexta-feira

[\(El País, 28/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

As candidatas à vice-presidência nas [eleições deste ano](#) Ana Amélia (PP), Kátia Abreu (PDT), Manuela D'Ávila (PCdoB) e Sônia Guajajara (PSOL) participaram, nesta sexta-feira, 28, do evento Mulheres na Política, promovido pelo EL PAÍS e pelo Instituto Locomotiva, com apoio da [ONU Mulheres](#). Durante mais de duas horas, elas debateram políticas públicas voltadas para mulheres e apresentaram suas propostas de Governo relacionadas ao tema. Assuntos como aborto, creches, equiparação salarial e representatividade no Congresso foram abordados pelas candidatas, questionadas por jornalistas de diferentes veículos.

[Leia mais: Ataques a Bolsonaro marcam debate entre candidatas a vice em véspera de protestos \(O Estado de S. Paulo, 28/09/2018\)](#)

O debate, que aconteceu em São Paulo e foi transmitido pela internet, entrou para os assuntos mais comentados no Twitter, com a hashtag [#mulheresnapolítica](#). O critério para escolha dos nomes que compuseram a mesa de discussão foi o de partidos com representação no [Congresso](#).

Este foi o segundo encontro da série Seminário Brasileiras. [O primeiro aconteceu em 2016](#), quando a Locomotiva e o EL PAÍS reuniram especialistas em diversas áreas e lideranças de organizações e empresas para falar dos avanços e retrocessos da pauta feminina até aquele ano.

Confira abaixo o posicionamento das candidatas registrado na cobertura em tempo real.

Com apoio da ONU Mulheres, Instituto Locomotiva e El País promovem debate com candidatas à Vice-Presidência da República - São Paulo/SP, 28/09/2018

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, apresentará a iniciativa #Brasil5050 pela igualdade de gênero nas eleições

[\(ONU Mulheres, 27/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“Mulheres na Política” é tema do debate com candidatas à Vice-Presidência do Brasil, que acontecerá nesta sexta-feira (28/9), em São Paulo, num dos grandes momentos das eleições 2018. O encontro é promovido pelo Instituto Locomotiva e o jornal ‘El País’ e tem o apoio da ONU Mulheres Brasil e do IBMEC, das 9h30 às 12h30, no auditório do IBMEC em São Paulo (Alameda Santos, 2356 - Cerqueira César).

Estão confirmadas as presenças das candidatas Ana Amélia (vice de Geraldo Alckmin/PSDB), Kátia Abreu (que integra a chapa de Ciro Gomes/PDT), Manuela D’Ávila (vice de Fernando Haddad/PT) e Sônia Guajajara (que se apresenta como candidata a copresidenta junto com Guilherme Boulos/PSOL).

O debate terá a presença da representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, que apresentará a iniciativa [Brasil 50-50 - Todas e todos pela Igualdade de Gênero: \[brasil5050.org.br\]\(http://brasil5050.org.br\)](#) Gasman dialogará com as candidatas

e o público sobre os direitos humanos das mulheres, especialmente sobre o empoderamento político das mulheres, uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados pelos Estados-Membros da ONU.

Serão apresentados dados de uma pesquisa inédita realizada pelo Instituto Locomotiva sobre o que pensam e demandam as mais de 77 milhões de eleitoras brasileiras. Na sequência, haverá um debate entre as candidatas à Vice-Presidência da República, que responderão a perguntas das jornalistas Ana Paula Padrão, Carla Jimenez, Mônica Bergamasco e Sonia Racy.

Compromisso com as mulheres - A [plataforma Brasil 50-50](#) consiste numa série de compromissos que vêm sendo assumidos por candidaturas de mulheres e homens em todo o país para incentivar a participação das mulheres na política e a adoção de políticas para eliminar as desigualdades de gênero, raça e etnia. Por meio da plataforma, as candidaturas se comprometem em apoiar e promover, durante a campanha e em caso de eleição, uma série de ações para o empoderamento e os direitos das mulheres, e a construção da igualdade de gênero em apoio à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Informações para a Imprensa:

Assessoria de Comunicação da ONU Mulheres Brasil

Luciana Araujo - consultora da ONU Mulheres (11) 97619-9076 |
luciana.araujo.jornal@gmail.com

Isabel Clavelin - isabel.clavelin@unwomen.org

61 3038 9140 | 98175 6315

onumulheres.org.br

EL PAÍS e Instituto Locomotiva reúnem candidatas à vice- presidência - São Paulo/SP, 28/09/2018

Encontro Mulheres na Política, apoiado pela ONU Mulheres, vai debater a pauta feminina no próximo Governo. Ana Amélia, Kátia Abreu, Manuela D'Ávila e Sônia Guajajara já estão confirmadas no evento que acontece nesta sexta, 28

[\(El País, 26/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

As mulheres ganharam um protagonismo inédito na campanha eleitoral à presidência da República deste ano. Seja por liderarem o bloco do eleitorado indeciso que vai definir quem vai suceder Michel Temer, seja por terem iniciado nas redes sociais [o movimento #Elenão contra o candidato Jair Bolsonaro](#). Para debater o papel da mulher nesta eleição e para o próximo Governo, o EL PAÍS Brasil e o Instituto Locomotiva, com apoio da ONU Mulheres, reúnem em São Paulo as candidatas a vice-presidência nesta sexta-feira, 28, no encontro Mulheres na Política.

Ana Amélia (PP), Kátia Abreu (PDT), Manuela D'Ávila (PCdoB) e Sônia Guajajara (PSOL) já estão confirmadas para o encontro que acontece no auditório do Ibmecc, da Alameda Santos. A ideia do evento é buscar o ponto de convergência entre as representantes femininas das diversas correntes políticas sobre a pauta feminina que a sociedade brasileira deve abraçar. A escolha dos nomes para compor a mesa de discussão levou em conta os partidos com representação no Congresso e aqueles que colocaram mulheres na chapa à presidência. “São mulheres que deram visibilidade às candidaturas nesta eleição e que devem continuar lutando politicamente independente de quem for o(a) próximo(a) presidente(a)”, diz Maíra Saruê Machado, diretora executiva do Instituto Locomotiva, que vai apresentar dados inéditos sobre as 77 milhões de eleitoras brasileiras durante o evento.

Para o EL PAÍS Brasil, o encontro Mulheres na Política vem de encontro a um dos fundamentos do jornal, que nasceu em 1976, na Espanha, e está presente no Brasil desde 2013. “Ampliar a voz das mulheres na sociedade é um valor do EL PAÍS desde a sua fundação em 1976. Vivemos um momento sensível e é preciso falar abertamente sobre o assunto diante de uma das eleições mais importantes da nossa história, no qual as mulheres cobram espaço para que as políticas públicas as tirem da invisibilidade que fomenta distorções”, diz Carla Jiménez, diretora da edição brasileira do EL PAÍS.

O encontro Mulheres na Política é o segundo da série Seminário Brasileiras. [O primeiro aconteceu em 2016](#), quando a Locomotiva e o EL PAÍS reuniram especialistas em diversas áreas e lideranças de organizações e empresas para falar dos avanços e retrocessos da pauta feminina até aquele ano. Desde então, o mundo viu crescer movimentos como o [#Metoo](#), e protestos feministas que pararam alguns países, como a Espanha ou a Argentina este ano. Desta forma, as mulheres vão marcando posição no mundo, para aumentar sua visibilidade e respeito às diferenças.

O evento, que começa às 9h30 horas e deve terminar ao meio-dia, terá transmissão ao vivo no site e no Facebook do EL PAÍS. Para inscrever-se, [clique aqui](#). As vagas são limitadas e sujeitas a confirmação.

STF inicia debate sobre descriminalização do aborto até 12ª semana de gravidez

“A sociedade brasileira precisa dessa audiência pública também para quebrar esse tabu. A gente precisa passar a limpo esse tema”, afirma Luciana Boiteux.

[\(HuffPost Brasil, 03/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Direito das mulheres à vida, à liberdade, à integridade física e psicológica, à igualdade de gênero, à proibição de tortura, à saúde e ao planejamento familiar. Esses são os principais argumentos da ação que pede a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. O tema será debatido pela primeira vez no STF (Supremo Tribunal Federal) por especialistas selecionados pela relatora, ministra Rosa Weber. Nesta sexta-feira (3), a audiência pública reúne representantes de 28 instituições. O debate continua na próxima segunda-feira (6).

O objetivo da discussão é subsidiar o julgamento da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 442, proposta em março de 2017 pelo PSol em conjunto com o Anis - Instituto de Bioética. A [petição inicial](#) pede que o STF declare que os artigos do Código Penal que criminalizam o aborto não estão integralmente de acordo com a Constituição de 1988. Hoje, o procedimento só é permitido no Brasil em casos de estupro, risco de vida da mãe e feto anencéfalo.

As audiências vão ocorrer das 8h40 às 12h50 e das 14h30 às 18h50 e serão transmitidas ao vivo pela TV Justiça, inclusive pelo [canal no Youtube](#). Nos 2 dias de discussões, cada expositor terá 20 minutos de fala e ao final de cada turno haverá um debate com os presentes.

Em Brasília, as audiências também serão transmitidas no [Festival Pela Vida das Mulheres](#), organizado pela campanha campanha “Nem Presa Nem morta”. O evento faz parte da mobilização a favor da legalização, que reúne organizações e coletivos feministas, além de mulheres autônomas. De sexta a domingo (5), serão promovidos debates sobre temas como prestação de serviços para a saúde reprodutiva, a luta pelo aborto legal na Argentina, Brasil e Uruguai e a discussão da interrupção da gravidez nas eleições de 2018. A campanha também lançou uma [petição](#) que pode ser assinada por quem apoia a descriminalização.

Do outro lado, movimentos contra a legalização também estão organizando atos em diferentes cidades. A maioria das manifestações dos grupos que se classificam como “pró-vida” será no fim de semana. Em junho, o movimento Brasil Sem Aborto reuniu cerca de 3 mil pessoas, segundo os organizadores na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. De acordo com a Polícia Militar,

foram mil manifestantes.

Ministério da Saúde mostra números sobre aborto

Na audiência desta sexta, os dados do Ministério da Saúde serão apresentados por Maria de Fátima Marinho, diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde da pasta, e por Mônica Almeida Neri, coordenadora-geral de Saúde das Mulheres.

Em 2017, foram feitos 1.636 abortos legais. O governo federal não tem informações sobre o número de procedimentos ilegais, mas há indicativos que ajudam a mensurar a clandestinidade. De acordo com o Datasus, no ano passado, foram registradas 177.464 curetagens pós-abortamento, um tipo de raspagem da parte interna do útero. Outro procedimento em casos de aborto é o esvaziamento do útero por aspiração manual intrauterina (AMIU). Em 2017, foram registradas 13.046. Juntas, foram 190.510 internações.

Os números incluem tanto atendimentos após abortos clandestinos quanto alguns abortos espontâneos, mas a estimativa é que $\frac{2}{3}$ do total sejam ilegais. Justamente pela criminalização, não há dados precisos sobre o tema no Brasil. “A gente está lidando com um assunto que é tudo escondido, então é sempre assim, uma conjunção de números e hipóteses”, afirmou a médica Tânia Lago, professora na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, em [entrevista ao HuffPost Brasil](#).

De acordo com a **Pesquisa Nacional de Aborto** (PNA) 2016, quase uma em cada 5 brasileiras aos 40 anos já realizou pelo menos um abortamento. Em 2015, foram, aproximadamente, 416 mil mulheres. Como o levantamento foi apenas na área urbana, a estimativa é de 503 mil abortos.

Como a criminalização não impede a interrupção da gravidez, o sistema de saúde tem custos com as consequências de procedimentos clandestinos. Em 2017, a estimativa é de R\$ 40 milhões gastos com curetagens e aspirações intrauterinas.

Legalização reduziria gastos

A estimativa de especialistas é de redução de custos, caso o aborto seja legalizado. De acordo com o estudo publicado pela Guttmacher Institute, procedimentos pós-abortamento custaram cerca de US\$ 232 milhões a países em desenvolvimento em 2014.

A pesquisa "[The Costs and Benefits of Investing in Sexual and Reproductive Health 2014](#)" (Os Custos e Benefícios do Investimento em Saúde Sexual e Reprodutiva 2014, em tradução livre), destaca a precariedade no atendimento e revela que se todas mulheres que precisam desse serviço fossem atendidas, o custo seria de US\$ 562 milhões.

Já se todos os abortos fossem legalizados, o valor cairia para US\$ 20 milhões.

Como o procedimento legal é mais seguro, especialistas avaliam que a descriminalização salvaria a vida de milhares de mulheres. De acordo com o Ministério da Saúde, o aborto é a 5ª causa de morte materna no País. Em 2016, dos 1.670 óbitos causados por problemas relacionados à gravidez ou ao parto ou ocorridos até 42 dias depois, 127 foram devido ao abortamento. Nesse grupo, a desigualdade racial é evidente. Em 2015, por exemplo, foram registradas 559 mortes de mulheres brancas e 1.079 de mulheres negras.

Aborto no Congresso Nacional

A audiência da manhã desta sexta no STF concentra exposições de profissionais da área de saúde. Além do governo federal, serão ouvidos representantes de entidades como a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Fundação Oswaldo Cruz, além do ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão; da antropóloga Debora Diniz, uma das fundadoras da Anis; e da cientista Lenise Garcia, presidente do movimento Brasil Sem Aborto.

Em entrevista ao HuffPost Brasil, a doutora em microbiologia e professora da Universidade de Brasília (UnB) foi categórica em sua posição: “não há nenhuma justificativa científica para se colocar o início da vida humana em qualquer outro lugar que não a fecundação”. Na avaliação de Garcia, cabe ao Estado proteger os direitos do feto.

Além de ser contra a legalização, a especialista acredita que o debate deveria ser feito no Legislativo. Uma das maiores organizações civis contrárias à descriminalização da interrupção da gravidez, o Movimento Brasil Sem Aborto é presença constante nas articulações no Congresso Nacional sobre o tema. Integrantes da entidade chegaram a [distribuir bonecos de fetos](#) com 10 semanas em audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a ADPF 442, em 30 de maio.

Entre deputados e senadores, o debate tem sido sistematicamente dominado por [parlamentares contrários aos direitos reprodutivos](#), integrantes das bancadas católica e evangélica. Uma demonstração evidente foi a [PEC \[Proposta de Emenda à Constituição\] 181](#) de 2015, apelidada de Cavalo de Tróia. O texto define que a vida começa “desde a concepção” e, se aprovado, pode inviabilizar inclusive as previsões de aborto legal no Brasil. O texto-base foi [aprovado por 18 homens](#) a favor e uma mulher contra em uma comissão especial da Câmara em novembro de 2017, mas faltam votar os destaques.

Em entrevista ao HuffPost Brasil, a advogada e professora de direito penal Luciana Boiteux, uma das 4 autoras da ADPF, argumentou que o Judiciário tem ocupado o espaço na discussão devido ao perfil do Legislativo atual. “O Supremo está sendo chamado a ocupar um espaço político, justamente pelo nível baixíssimo de parlamentares, com honrosas exceções. Um Parlamento desacreditado, conservador, misógino, que tem posições absolutamente anti-democráticas”, afirmou.

Candidata à deputada federal pelo Psol, a advogada destacou que um projeto de lei do deputado Jean Wyllys (PSol-RJ) sobre o tema não avançou na Câmara dos Deputados devido à atuação da bancada religiosa. Para a especialista, o debate no STF é um passo determinante para tratar a discussão no sentido de preservar a vida das mulheres.

[A legalização do aborto] É urgente não só por princípio, por ser uma pauta feminista, ou por ser um compromisso com a liberdade das mulheres. Mas por ser uma pauta de saúde pública.

Luciana Boiteux

A advogada também destacou a importância do debate no Supremo. “Eu acho que a sociedade brasileira precisa dessa audiência pública também para quebrar esse tabu. A gente precisa passar a limpo esse tema do aborto”, afirmou.

O que o STF já decidiu sobre aborto

Se a discussão do aborto por vontade própria da mulher é inédita no STF, o debate sobre o início da vida já ocorreu em 2007. Neste ano, foram realizadas audiências públicas na ADPF 54. No julgamento do processo, em 2012, o plenário da Corte decidiu pela permissão da [antecipação do parto em casos de fetos anencéfalos](#). Até então, o aborto só era permitido nas hipóteses previstas pelo Código Penal: em caso de estupro ou risco de vida da mãe.

Além do relator, ministro Marco Aurélio Mello, votaram a favor da ampliação dos direitos reprodutivos os ministros Joaquim Barbosa, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Ayres Britto, Gilmar Mendes e Celso de Mello. Ricardo Lewandowski e o então presidente da corte, ministro Cezar Peluso, votaram contra a liberação e Dias Toffoli se declarou impedido.

Na época, Mauro Aurélio sustentou não haveria um conflito de fato entre os direitos das mulheres e o direito à vida do feto porque a anencefalia inviabiliza a vida fora do útero. “O anencéfalo jamais se tornará uma pessoa. Em síntese, não se cuida de vida em potencial, mas de morte segura. Anencefalia é incompatível com a vida”, afirmou o relator. Ele argumentou que o início da vida não pode pressupor apenas a fecundação, como também a viabilidade da existência desse ser humano.

Em novembro de 2016, o STF deu outro passo sobre o tema. Ao julgar o caso de uma clínica clandestina no Rio de Janeiro, a 1ª turma da Corte decidiu que a conduta não deveria ser considerada crime. Em seu voto, o relator, ministro Luis Roberto Barroso, afirmou que a criminalização é incompatível com direitos sexuais e reprodutivos e com a autonomia da mulher, além de ir contra a integridade física e psíquica da gestante e a igualdade, “já que homens não engravidam e, portanto, a equiparação plena de gênero depende de se respeitar a vontade da mulher nessa matéria”.

O voto foi seguido pelos ministros Rosa Weber, Edson Fachin. Marco Aurélio e Luiz Fux também concordaram que os acusados não deveriam ser presos, mas não votaram sobre a questão do aborto. Apesar de o julgamento se limitar a um caso específico, ele provocou reação em setores contrários à legalização. A comissão da PEC 181 foi instalada na Câmara um dia após a decisão do STF.

Direitos reprodutivos no mundo

As duas decisões do STF, além do processo sobre a constitucionalidade da pesquisa com embriões são citados como argumentos a favor da legalização. “A presente ADPF deve, portanto, ser entendida como resultado de um processo cumulativo, consistente e coerente desta Suprema Corte no enfrentamento da questão do aborto como uma matéria de direitos fundamentais”, diz a petição inicial da ADPF 442.

O documento também cita referências internacionais, como o julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre um caso de reprodução in vitro de El Salvador em 2012. Na ocasião, o tribunal fez um interpretação do [Pacto de São José da Costa Rica](#), também conhecido como Convenção Americana de Direitos Humanos.

O artigo 4º do tratado diz que “toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente”. Na interpretação da CIDH, o Pacto a expressão “em geral” seria incompatível com a proteção do direito à vida de maneira absoluta absoluta e “o objeto direto de proteção [do artigo do pacto] é fundamentalmente a mulher grávida”.

O panorama internacional também estará em debate nesta sexta. À tarde, algumas das organizações expositoras são a Human Rights Watch, Women on Waves, International Women’s Health Coalition – IWHC e o Consórcio Latino-Americano contra o Aborto Inseguro (Clacai).

Foram as legislações estrangeiras que motivaram a escolha pelo marco de 12 semanas. Essa é a referência no Uruguai e na cidade do México, por

exemplo. O período também tem relação com o início da formação do sistema nervoso central, o que serve de paralelo, uma vez que o entendimento da Medicina de que o fim da vida é atribuído à morte cerebral.

Entre as organizações internacionais presentes na audiência, a Clacai foi a responsável por viabilizar o aborto legal da paulistana [Rebecca Mendes](#) na Colômbia em dezembro de 2017, após a relatora da ADPF 442, ministra Rosa Weber, negar o pedido feito em caráter liminar. A negativa foi por questões processuais. “O pedido (...) por sua natureza subjetiva individual, não encontra guarida no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, que serve como instrumento da jurisdição constitucional abstrata e objetiva”, escreveu a magistrada.

Mãe solo de dois filhos, com emprego temporário, aluguel para pagar e à época grávida de 6 meses, Rebecca se tornou um dos símbolos da luta pelo aborto legal no Brasil. Em carta à Rosa Weber, à época, a universitária afirma que não queria recorrer à clandestinidade por medo de riscos à saúde e de ser presa.

O medo do procedimento não funcionar e acarretar má-formação ou o remédio causar uma hemorragia causando a minha morte e, ser levada para um hospital e chegando lá ser levada para delegacia. Não quero ser presa e muito menos morrer. Não parece ser justo comigo.

Carta de Rebecca Mendes a Rosa Weber

Marcella Fernandes

Com maioria mulher e

cientistas, poucos ministros vão a debate sobre aborto

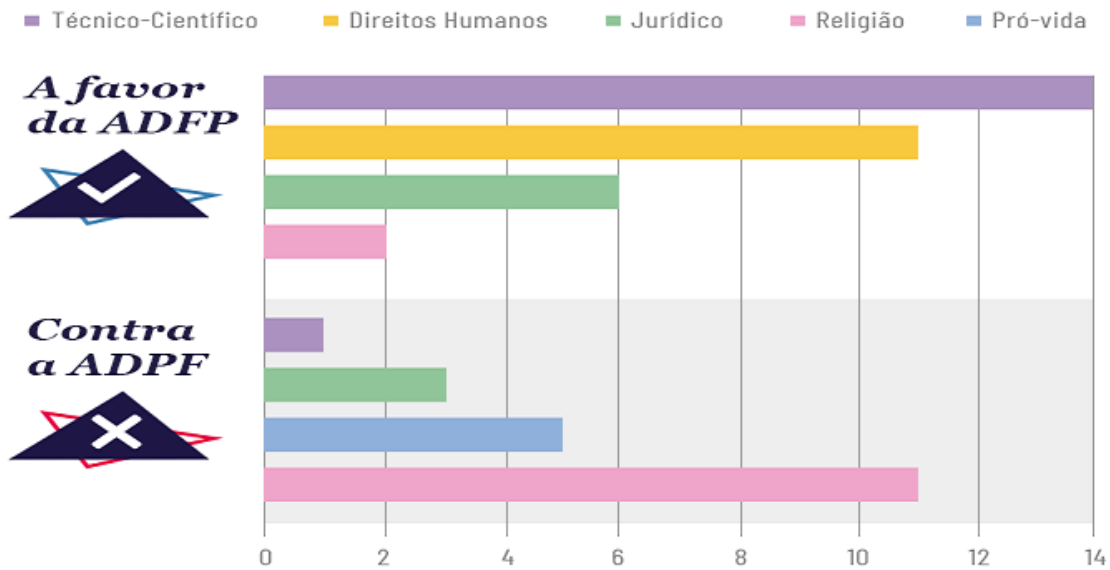
Com maioria de mulheres, a audiência [sobre a descriminalização do aborto no Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#) teve, entre o maior número de expositores, representantes de áreas técnicas e científicas. Logo após, estão os grupos religiosos. Além das falas desta sexta (3), o debate continua e se encerra na segunda (6).

[\(Universa, 03/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Apesar da intenção em instruir ministros do Supremo, poucos compareceram à audiência. Apesar da presença da presidente do STF, Carmen Lúcia, em parte da sessão pela manhã, e do ministro Luís Roberto Barroso até o início da tarde, a audiência não teve participação de todos os 11 ministros convidados. Além deles, estiveram presentes a relatora da ação que discute a descriminalização do aborto, Rosa Weber, e Ricardo Lewandowski.

Segundo a Global Health Strategies, que antecipou e calculou o teor das falas, 42% das arguições em defesa da liberação do aborto serão articuladas a partir de dados científicos. A estratégia de persuasão será adotada por 1,9% dos participantes, sendo mais da metade destes representantes religiosos. No total, ao menos 41 mulheres e 17 homens têm falas confirmadas (há grupos com representantes a confirmar).

Veja a divisão de participantes



Composição da audiência por argumentos e áreas (Fonte: Global Health Strategies) (Imagem: Arte/UOL)

No total, o STF recebeu 187 inscrições de interessados em participar da audiência, pedida pela ministra Rosa Weber, relatora da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 a pedido do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que entende que o aborto voluntário deve ser permitido até a 12ª semana de gestação. A justificativa da ministra para a realização da audiência é de que o evento consiste em “um método efetivo de discussão e de construção da resposta jurisdicional”.

Religiões

Segundo a relatora, o tribunal destaca que buscou garantir equilíbrio entre os perfis de apoiadores da legalização do aborto e opositores. Além dos inscritos, foram convidados representantes de instituições judaicas, espíritas, muçulmanos, budistas e de religiões de matriz africana.

Há representantes de religiões com opiniões contrárias e favoráveis à descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, como as Católicas pelo Direito de Decidir (a favor) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (contra). Na segunda (6), está programada a participação de mais opiniões contrárias e grupos religiosos.

Com a ausência da maioria dos ministros, Carmen Lúcia destacou que todos os integrantes do STF receberão o conteúdo das exposições. “Todos os ministros recebem em gravação tudo que se passa na audiência pública para que possam estudar. O aproveitamento é absoluto das exposições aqui feitas”, declarou.

Com poucas interferências dos presentes, apenas Barroso se pronunciou em relação a uma fala relacionada à legalização do aborto aprovada pelo Supremo em 2012. “Estou aqui mais para ouvir”, explicou pela manhã. Rosa Weber se manifestou apenas para insinuar, sutilmente, que o debate sobre o tema não se restringe ao Congresso e interromper uma das falas de uns dos representantes.

Primeiro dia demonstra divisão entre representantes

Expositor do Instituto Liberal, o ginecologista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Raphael Câmara defendeu que [os estudos do Ministério da Saúde têm premissas frágeis](#) e que o número correto de abortos clandestinos realizados no Brasil é de cerca de 98 mil, e não 1 milhão por ano, como apresentado pelo Ministério da Saúde no início da audiência. Ele questionou ainda a capacidade da rede pública de realizar abortos caso haja a descriminalização.

“As maternidades já estão superlotadas. Quem vai fazer esses abortos?”, questionou.

A representante do ministério explicou que os dados apresentados são maiores do que os registrados oficialmente porque, na maioria dos casos de internação por aborto induzido, esse dado não é colocado no prontuário justamente por ser proibido.

“Então o que fazemos é cruzar bases de dados e seguir o dinheiro repassado para procedimentos. É assim que a gente chegou no número de 1 milhão”, explicou Fátima Marinho.

Muito exaltado em suas posições, [Câmara foi hostilizado pela plateia, o que levou a ministra Rosa Weber a interromper a fala do especialista e pedir tolerância ao público.](#)

Guerra de números

A batalha de estatísticas também teve como alvo dados de outros países que liberaram a prática.

Enquanto entidades favoráveis ao aborto trouxeram exemplos de nações que tiveram redução das taxas de aborto após a legalização, como França e Romênia, organizações contrárias ao procedimento trouxeram números do Uruguai que mostram aumento do índice após a descriminalização.

O tema não provocou polêmica só dentro do Supremo.

[Internautas inundaram as redes sociais com comentários contrários e favoráveis à descriminalização.](#) No Twitter, duas hashtags relacionadas ao tema ([#NemPresaNemMorta](#) e [#AbortoÉCrime](#)) ficaram toda a manhã entre os trending topics do País. Fora da Corte, integrantes de movimentos feministas fizeram ato em apoio à descriminalização próximo ao prédio do Supremo.

Próximos passos

Após a realização dos dois dias de audiência pública, a ministra Rosa Weber terá um tempo para redigir seu voto em relação ao tema para, em seguida, agendar a data do julgamento no plenário do Supremo.

Marcos Candido

(Com Agência Estado e Agência Brasil)

“Momento é propício para o

debate sobre o aborto”, diz autora de ação no STF

“Qual é a política que vamos propor? Manter a ilegalidade que não impede a realização de abortos, ou enfrentar o tema como uma questão de saúde pública, de direitos humanos e de direitos das mulheres?” Esse é o questionamento de Luciana Boiteux, advogada, feminista, professora de Direito Penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[\(Justificando, 26/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Luciana Boiteux é uma das autoras da ação que será debatida em audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), entre os próximos dias 3 e 6 de agosto. O documento propõe que, respeitado o limite de 12 semanas, seja possível para qualquer mulher interromper, legalmente, sua gestação.

Leia mais: [IAB emite parecer favorável à descriminalização do aborto em discussão no STF \(IAB, 26/07/2018\)](#)

A audiência contará com 44 expositores, que terão 20 minutos para expor seus argumentos. Entre eles, estarão o Instituto de Bioética (ANIS) e o Partido Socialismo e Liberdade (Psol), que moveram a ação, a Fiocruz, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Unicamp e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Também foi habilitada para a audiência a advogada e professora [Janaína Paschoal, que defenderá posição contrária à legalização](#).

Momento favorável para discussão do aborto na Suprema Corte

Para Luciana, o momento é de grande avanço, pois demonstra que a sociedade está cada vez mais preparada para debater o tema. A convocação da audiência pela ministra Rosa Weber, relatora da ação, demonstra que o STF também entende que o momento é propício para a discussão. “A gente tem um feminismo cada vez mais forte, um feminismo que está nas ruas. Nós temos uma juventude aí de meninas que não mais vai aceitar virarem mulheres adultas e serem obrigadas a abortar ilegalmente. O número de

mulheres mortas em decorrência está nas manchetes de jornais, então eu vejo um cenário muito favorável para esse debate”, narra esperançosamente a advogada feminista.

O cenário nacional ecoa, também, os avanços obtidos internacionalmente: “Mesmo que ainda muito conservador, o Chile ampliou as possibilidades de aborto legal, tivemos uma mobilização na Bolívia, na Irlanda, e o que nos tocou mais foi a onda verde argentina, tudo isso nos últimos meses. Esse é um momento importante”.

O momento político para que a pauta seja levada a plenário pode ser favorável, visto, já que a ministra Carmen Lúcia, que deixará a presidência do STF em setembro, vem buscando incessantemente comunicar por meio da assessoria de comunicação do STF e CNJ as políticas de defesa dos direitos das mulheres durante a sua gestão.

Realização da audiência marca a importância do debate

A promoção do debate é vista, pela advogada, também como um avanço em relação à postura conservadora, que é - e sempre foi -, de manter o assunto fora da pauta de discussões: “Os conservadores articulam suas posições sobre o tabu porque seus argumentos não se sustentam no diálogo, na democracia. Eles precisam dizer que não pode, que é proibido, que é crime”. Ela acrescenta que o avanço nos debates gera preocupação entre os defensores da proibição, que passam a agir, inclusive, de maneira violenta: “Eles estão preocupados, eles estão acuados, e eles podem reagir de diversas maneiras. Esse é o caso das [ameaças sofridas pela Débora Diniz](#), por exemplo. Mas isso só mostra que estamos no caminho certo”.

Quando questionada sobre a opinião pública a respeito da legalização do aborto, Luciana avalia que é preciso mudar o foco da discussão, trazendo-a para o dia-a-dia das mulheres que sofrem, cotidianamente, em decorrência da proibição. “Se perguntarmos ‘você é contra a legalização do aborto?’, provavelmente a maioria das pessoas diria que sim. Mas se você mudar essa pergunta para ‘você acha que uma mulher que faz um aborto merece ser presa?’, a maioria da população brasileira vai responder que não. Você não vai desejar um processo penal, uma pena de cadeia para a sua filha, para sua

prima, para a sua irmã”.

O aborto é uma realidade e acontece todos os dias no Brasil, independente de dogmas morais ou religiosos. A Pesquisa Nacional do Aborto 2016 demonstra que, em 2015, mais de meio milhão de mulheres realizaram um aborto. Os dados apontam que, a cada minuto, uma mulher brasileira decide interromper sua gestação.

Ser feminista é fácil, difícil é encontrar alguém disposto a ouvir, por Nana Soares

Na internet, desafio é furar a bolha.

[\(Emais, 22/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Ser feminista é, a rigor, acreditar que homens e mulheres devem ter direitos iguais. Daí surgem várias derivações tão diversas quanto as mulheres, mas até onde eu sei é disso que estamos falando no fim do dia: de sermos consideradas tão cidadãs e merecedoras de direitos como os homens brancos, cisgênero e heterossexuais o são.

Lutar para ser esse o valor preponderante em uma sociedade estruturalmente desigual não é fácil. Nós, feministas, por mais diferentes que sejamos, sabemos disso desde sempre. Temos plena consciência de que tornar o mundo (o país, a cidade, o bairro) um lugar mais justo é luta, é processo, é mudança de cultura que não vem de mão beijada. E mesmo assim, seguimos lutando em nome dessa tão sonhada igualdade.

E como apanhamos por fazer isso. Literalmente, já que somos rotineiramente violentadas institucional, psicológica ou fisicamente por defendermos a

igualdade entre os gêneros. Somos estupradas, ameaçadas e mortas por isso, como os números já cansaram de mostrar. E ainda assim seguimos porque temos um motivo muito claro para lutar: nossas próprias vidas e cidadanias.

A bem da verdade, estamos em um momento privilegiado da luta, já que as redes sociais fizeram multiplicar as redes de apoio, solidariedade e denúncia das violências, além de abrir muito mais espaço e alcance para se falar sobre o tema. O problema é que elas também trouxeram bolhas e, na minha opinião, uma dificuldade muito grande para transitar entre as diferentes ideias. Se parar pra pensar, é o maior paradoxo.

Adoro ter neste blog um espaço para compartilhar inquietações, dúvidas e reflexões, mas raramente recebo interações de pessoas debatendo. Em geral ou são as pessoas que concordam comigo de cabo a rabo ou as que querem me crucificar em praça pública e, como não podem fazê-lo, só me ofendem de todos os jeitos possíveis nas caixas de comentários mesmo.

Às vezes me pergunto se ainda há espaço para debate, porque ele é o único caminho para avançar o que quer que seja. A rigor, sei que ele existe (e resiste) em grupos de nicho e apoio, mas parece ser cada vez mais difícil conviver fora da bolha com opiniões e visões de mundo diferentes das nossas (lembrando sempre que discurso de ódio não é opinião).

Como eu, muitos se perguntam se vale a pena continuar falando e tentando debater. Em tempos de fake news, boatos espalhados sem o menor constrangimento e incitação ao ódio, é mesmo de se perguntar. Mas por esses mesmos motivos é que temos que seguir. Conviver com o diferente não é fácil, mas minha pouca experiência de vida já me mostra que justamente por isso é o caminho mais frutífero.

Enquanto feminista, tento sempre recorrer às raízes do movimento e imaginar quanta resistência gratuita e quanto ódio aquelas mulheres enfrentaram em nome de direitos que hoje nos parecem banais. Se hoje é difícil ser ouvida, quem dirá nos séculos anteriores. Pelo menos o mergulho no passado tem sempre um saldo positivo: elas não desistiram, não tem porque eu desistir também. Seguimos.

4 comentários que mostram a necessidade de conversarmos sobre assédio



No dia 12 de janeiro, a GALILEU publicou uma [entrevista](#) com Juliana de Faria, criadora da ONG Think Olga e responsável por campanhas como “Chega de Fiu Fiu” e “Meu Primeiro Assédio”. Na conversa, a ativista falou sobre a importância da iniciativa “Time’s Up”, por meio da qual diversos artistas de Hollywood se posicionaram contra o assédio e o machismo presente na indústria cinematográfica e no mundo.

[\(Revista Galileu, 15/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“Os homens precisam falar disso entre eles urgentemente, precisam discutir a masculinidade, discutir por que eles assediam, por que se sentem na obrigação de assediar, por que isso vem sendo sendo normalizado e precisam ensinar uns aos outros”, afirmou Faria. “Precisam também ouvir as mulheres, porque somos nós as sobreviventes da violência sexual e as vítimas.”

Na [postagem da matéria na página da revista no Facebook](#), vários comentários criticaram o movimento feminista, a posição da ONG e até mesmo a cobertura da GALILEU do assunto. Nesses casos, os argumentos usados pelos comentaristas só reforçam a necessidade de falarmos cada vez mais sobre feminismo, assédio e consenso.

Selecionamos alguns tópicos para rebatê-los com informação. Veja abaixo:

  Eu gosto de mulher e quando vejo uma bonita eu olho para ela, para os peitos, bunda, etc. Isso não é assédio, é instinto sexual, aliás, que manteve nossa espécie reproduzindo. Se na Idade da Pedra tivéssemos essas feministas babacas hoje estaríamos extintos.

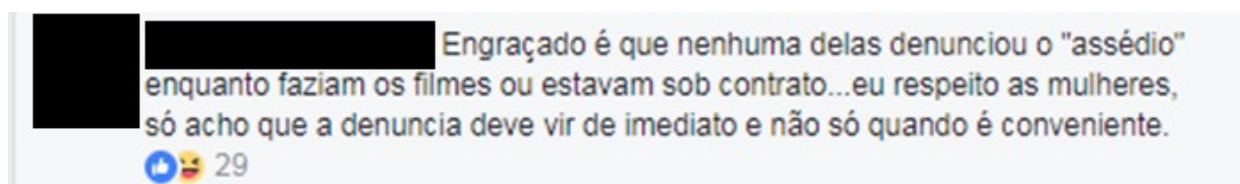
Curtir · Responder · Enviar mensagem · 23 h

comentários (Foto: Reprodução/Facebook)

Antes fosse na Idade da Pedra: um [estudo publicado](#) no periódico *Nature* em 2015 mostra que, durante o período, existiu igualdade de gênero. Pesquisadores da Universidade Pública de Londres, na Inglaterra, analisaram dados de populações e caçadores e coletores, uma do Congo e outra das Filipinas. Na segunda, as mulheres caçavam e eram responsáveis pela coleta da comida, enquanto os homens dedicavam a maior parte do tempo no cuidado dos filhos.

Já uma [outra pesquisa](#) realizada pela Universidade de Munique Ludwig-Maximilians, na Alemanha, afirma que as mulheres viajavam para fazer trocas e desenvolver objetos. A conclusão foi feita a partir de análises de amostras de DNA e esqueletos encontrados em Lechtal, no sul do país.

Segundo a filósofa [Simone de Beauvoir](#), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. No livro *O Segundo Sexo*, ela explica que “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino”. Para Beauvoir, a hierarquia entre gêneros surge a partir do capitalismo. Logo, as ideias de que as mulheres são mais fracas ou os homens agressivos por instinto são construções sociais, não biológicas.



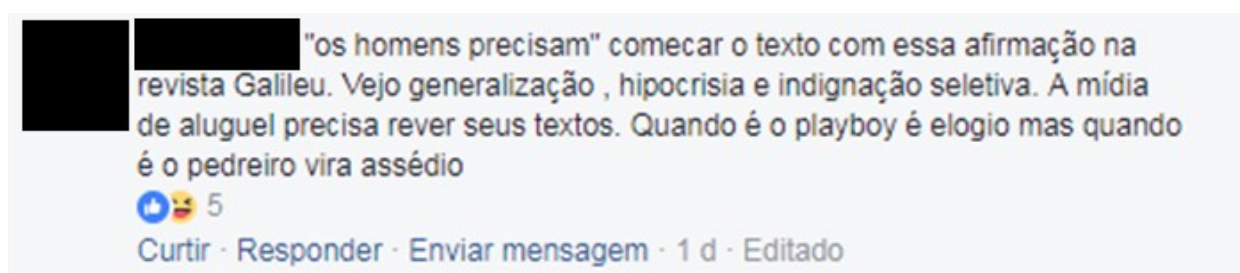
comentários (Foto: Reprodução/Facebook)

Isso não é verdade. Muitas das atrizes e artistas que denunciaram o produtor americano Harvey Weinstein publicamente no fim de 2017 já tinham tentado fazê-lo antes. No entanto, existe todo um sistema que faz com que as mulheres, independente da classe ou status social, não se sintam confortáveis em denunciar seus abusadores.

Ao recusar as investidas de Weinstein, por exemplo, a atriz Ashley Judd, que

estava em uma excelente fase na carreira, foi isolada e deixou de receber propostas para fazer bons filmes. Após assediar a também atriz Selma Blair, o diretor James Toback a ameaçou. “Tem essa mulher que decidiu me contrariar. Ela ia falar publicamente sobre algo que eu fiz. E vou te dizer, prometo que se ela falar algo para alguém, não importa quanto tempo tenha passado, vou contratar um pessoal para colocá-la em um carro, sequestrá-la e jogá-la no rio Hudson com blocos de cimento presos em seus pés. Você entende o que estou dizendo, né?”, [disse ele na ocasião](#).

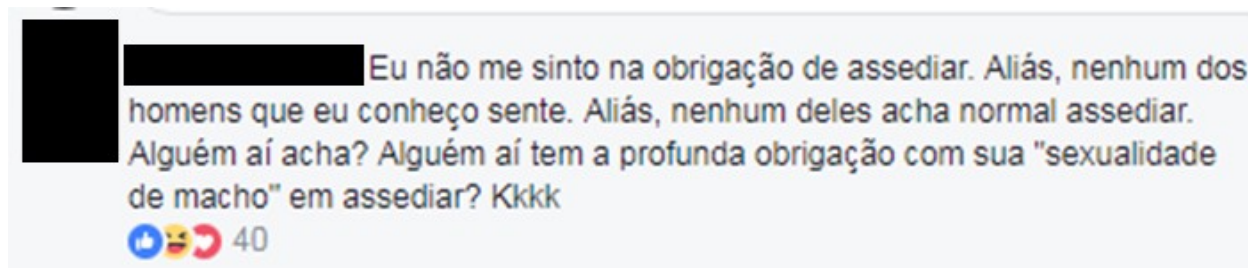
Esses são apenas alguns exemplos de como o machismo e o assédio sexual são institucionalizados na sociedade. As vítimas correm grandes riscos ao denunciarem: podem ser ridicularizadas por autoridades e colegas de trabalho, isolada de oportunidades na carreira e até machucadas fisicamente, se não forem mortas. A passagem de tempo não diminui o trauma ou a importância da denúncia. As mulheres que conseguem fazê-lo, independente de quando, são muito corajosas e colocaram tudo a perder para que outras pessoas não tivessem que passar pelo mesmo que elas. Como disse a escritora Rebecca Solnit em *Os Homens Explicam Tudo para Mim*, “a violência não tem uma raça, classe, religião ou nacionalidade, mas tem um gênero”.



comentários (Foto: Reprodução/Facebook)

Muitas vezes o assédio vem mascarado de “elogio”. “Todos os dias, mulheres são obrigadas a lidar com comentários de teor obsceno, olhares, intimidações, toques indesejados e importunações de teor sexual afins que se apresentam de várias formas e são entendidas pelo senso comum como elogios, brincadeiras ou características imutáveis da vida em sociedade quando, na verdade, nada disso é normal ou aceitável”, explica a ONG Think Olga na [apresentação da campanha Chega de Fiu Fiu](#). Esse comportamento

não é aceitável, independente da classe de quem o perpetua.



comentários (Foto: Reprodução/Facebook)

Em uma [pesquisa](#) realizada em 2013 pela Olga, 99,6% das entrevistadas afirmaram já terem sido assediadas, e as ocorrências fizeram com que elas se sentissem medo — de andar na rua, de frequentar determinados espaços e até de usar alguns tipos de roupa.

Existem diferentes formas de assédio: em [um levantamento realizado pelo Instituto Avon](#) em 2015 constatou que, em um primeiro momento é relativamente baixo o índice de estudantes universitárias que já sofreu assédio. Após ouvirem sobre as diferentes formas que o abuso pode tomar — como a coerção, a violência física, a desqualificação sexual e a violência sexual, por exemplo —, 67% delas reconhece já ter sofrido assédio.

Existe o mito de que o agressor é o estranho escondido no beco de uma rua escura. Não é o caso: esse tipo de violência pode ser cometida por qualquer um e como o assunto ainda não é discutido amplamente, existem muitas nuances que fazem com que muitas vezes, os homens não entendam que estão cometendo um assédio e as mulheres, que estão sofrendo uma violência. Por isso entrevistas como a que publicamos com Juliana de Faria são tão importantes.

Isabela Moreira

Pauta Feminina: “Mulheres, Violências e Mídias Sociais” - Brasília/DF, 28/09/2017

A Procuradoria da Mulher do Senado Federal, Coordenadoria da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados e a Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados realizam nesta quinta-feira, o debate “*Mulheres, Violências e Mídias Sociais*”: *Como prevenir e combater crimes de ódio contra a mulher na Internet?* no encontro Pauta Feminina, edição de setembro de 2017.

Participantes:

Janara Sousa - Professora da UnB e Coordenadora do Projeto “Escola de App: Enfrentando a Violência online contra meninas”

Lola Aronovich - Professora da UFC e autora do Blog Escreva Lola Escreva

Diana Calazans Mann - Delegada de Polícia Federal

Juliana Cunha - Coordenadora de Serviço de orientação para meninas e mulheres que sofreram violência na Internet - SaferNet

Fátima Pelaes - Secretária Especial de Políticas para as Mulheres - SPM

Representante Facebook - A definir

Data: 28 de setembro de 2017 (quinta-feira)

Horário: 10h

Local: Plenário 14, Câmara dos Deputados

Mais informações: 3215-8814